

Documento 2.

As mulheres e os Mundos do Trabalho no Brasil: uma breve abordagem¹.

Submetidas ao silêncio no decorrer de diferentes contextos históricos, as mulheres, tão múltiplas que são, permanecem até essa segunda década do século XXI em busca de emancipação e igualdade. É preciso, no entanto, salientar que os direitos obtidos até o momento só se estabeleceram devido às reivindicações e manifestações femininas.

A luta das mulheres pela conquista da vida pública e da cidadania tem se dado de maneira gradual e histórica, principalmente nos últimos dois séculos. A busca por emancipação culminou na organização das mulheres, que, em um primeiro momento, tinha como objetivo o direito ao voto, ampliando com o decorrer do tempo suas reivindicações ao mundo do trabalho e posteriormente à vida privada.

Nesse processo, as mulheres têm se organizado de diversas maneiras na busca por conquistar seus direitos. Tais embates se situam tanto no âmbito da luta organizada, no caso do movimento feminista, como a partir da participação feminina no movimento operário. A luta sindical, nesse sentido, também se constitui enquanto espaço de luta e reivindicação feminina, e tal modalidade apesar de parecer majoritariamente masculina, tem sido nessas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1970 no Brasil, uma instituição que contou com a participação cada vez maior de mulheres.

Breve contexto

No que se refere à presença feminina nos mundos do trabalho, temos que as primeiras décadas do século XX foram marcadas por intensas transformações no Brasil relacionadas ao processo de industrialização, bem como à imigração e à crescente mobilização da classe operária, principalmente nas regiões metropolitanas. Tais mudanças geraram um novo perfil populacional, como, por exemplo, uma presença feminina mais significativa tanto na cidade quanto no meio profissional.

O período, marcado pelas políticas indigenistas no contexto de pós-abolição da escravidão, buscou o embranquecimento da população brasileira, o que esclarece o fato de a maior parte da mão de obra feminina dessa época ser constituída por imigrantes europeias. Entretanto, cabe destacar que as mulheres negras desde sempre estiveram inseridas na esfera

¹ Esse texto é um conjunto de excertos retirados da monografia intitulada “Uma história de mulheres operárias: práticas e representações femininas nos periódicos do Sindieleiro-MG (1956-1990)”, da autoria de Victória Ferreira Cunha. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27783>

pública, no que se refere ao trabalho.

Segundo Margareth Rago, mulheres e crianças constituíram a maioria do proletariado em atividade no Brasil no início do século XX, apontando a mão de obra barata e abundante como uma das justificativas dessa presença no contexto fabril. As mulheres constituíram juntamente com as crianças, cerca de 70% da mão de obra empregada nas indústrias de fiação e tecelagem, submetidas a uma extensa carga horária de trabalho, que chegava a até 14 horas diárias. Não bastasse isso, o trabalho feminino ainda era bastante desvalorizado e malvisto, de acordo com Matos e Borelli.

Diante da situação da indústria e do operariado nesse momento, é possível questionarmos o que ocorreu com a mão de obra feminina, que era expressiva, mas que depois diminuiu substancialmente. Nas palavras de Rago, “as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina”².

Nesse sentido, como aponta Rago, as elites intelectuais no início do século XX, temerosas por tal desinteresse e influenciadas pelas teorias de Jean-Jacques Rousseau, pelo pensamento médico vitoriano e por concepções religiosas, buscaram redefinir o lugar das mulheres na sociedade, visto que, diante das novas perspectivas de trabalho, elas poderiam optar pelas novas possibilidades de emprego e vivência. “Tais observações levaram, portanto, à delimitação de rígidos códigos de moralidade para mulheres de todas as classes sociais. As que pertenciam à elite e às camadas médias estavam certamente no centro dessas preocupações, sobretudo as jovens que iniciavam suas carreiras”³.

Outros motivos que distanciaram a mulher do mundo do trabalho estiveram relacionados ao advento da urbanização, que criou uma nova dinâmica nas relações sociais e no modo de se viver. Com isso, o espaço público se tornou ameaçador para a moralidade das mulheres perante os problemas decorrentes da urbanização, como a violência e as epidemias.

Além disso, o processo de formação da identidade nacional fomenta, em certa medida, a valorização da maternidade, visto que é criado o perfil da “mãe-cívica” entre os anos de 1920 e 1930. A partir dessa figura, a mulher seria “a responsável por preparar, física, intelectual e moralmente o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação”.

A mulher deveria se restringir ao seu “espaço natural”, o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público. A

² RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017, p.581

³ Ibid., p. 588.

medicina fundamentava essas concepções em bases científicas, mostrando que o crânio feminino, assim como toda a sua constituição biológica, fixava o destino da mulher: ser mãe, viver no lar, abnegadamente cuidando da família⁴.

Segundo Matos e Borelli, a presença das mulheres no mercado de trabalho diminuiu substancialmente entre as décadas de 1920 e 1940, tanto pelos preceitos morais em torno do trabalho feminino e da legislação que o regulava quanto por outros fatores como as mudanças no processo de industrialização, que ampliou o desenvolvimento de atividades como a metalúrgica e de fundição, considerados trabalhos propriamente masculinos. Desse modo, apesar de menor a participação feminina no ambiente fabril, muitas mulheres continuaram trabalhando no ambiente doméstico, como o serviço de limpeza ou mesmo com alguma produção manufaturada.

As referidas autoras destacam ainda que a CLT de 1943 previa a “proteção ao trabalho da mulher” estabelecendo equiparação salarial entre homens e mulheres. Por outro lado, as mulheres foram proibidas de exercerem tarefas “inadequadas à sua capacidade física e/ou que colocassem em risco a saúde feminina”⁵. Foi também em 1943 que o trabalho feminino foi permitido sem a necessidade da aprovação do marido, contudo, tal norma só foi retirada do Código Civil com o “Estatuto da Mulher Casada”, de 1962. A partir dessa década, leis relacionadas a critérios de admissão também foram criadas, além da ampliação da licença maternidade sem prejuízo salarial e, posteriormente, já na década de 1980, foi criada a estabilidade para as gestantes.

A presença da mulher no mercado de trabalho voltou a crescer principalmente após a década de 1960, em um contexto de arrocho salarial e mediante a redução do poder de compra das famílias, fazendo com que as mulheres de classes mais populares migrassem do âmbito privado para o público em maior escala.

As ações governamentais priorizaram a proteção e defesa da instituição familiar, reforçando a importância da maternidade e os cuidados femininos do lar. Considerando o trabalho das mulheres fora do domicílio uma atividade provisória e/ou complementar ao trabalho exercido pelo chefe da família, tais ações, em geral, privilegiaram os homens em detrimento das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, quando a economia demonstrou necessitar da mão de obra feminina, o Estado e o patronato facilitaram sua incorporação ao mercado.⁶

⁴ Ibid., p. 592.

⁵ MATOS, Maria; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 141.

⁶ Idem.

Mulheres no meio sindical e no movimento operário (segunda metade do século XX)

Como indicado por Lobo, entre 1970 e 1980, houve um aumento significativo de mulheres trabalhando no setor industrial brasileiro. Segundo a autora, as mulheres que antes encontravam-se em setores tidos como “femininos”, como é o caso do têxtil, de vestuário e sapatos, passaram a ocupar cada vez mais ramos na esfera industrial e metalúrgica.

A autora explica que a inserção dessas mulheres no setor industrial ocorreu por fatores como a contribuição no orçamento familiar; a natureza e a dinâmica do crescimento do Brasil, com a criação de cargos “que exigiam habilidade, destreza e comportamento minucioso” qualidades tidas como femininas; e mudanças tanto no processo de trabalho, que seria menos qualificado; além de transformações no processo de trabalho, que criaram cargos de execução mais simples.⁷

Dados importantes se tornam notórios com a pesquisa da autora na indústria em São Paulo, como os dados sobre o salário inferior das mulheres com relação aos homens, apesar da escolaridade da maioria dessas mulheres ser superior à deles. Lobo também indicou o aumento de mulheres que se filiaram aos sindicatos, com o advento dos movimentos paredistas de 1978. Sobre a renovação da prática sindical Araújo e Ferreira apontaram que esta,

se deu, a partir do final dos anos setenta, através da busca pelas direções sindicais de uma relação mais estreita com suas bases e da reorganização dos trabalhadores a partir das fábricas, teve um papel fundamental na emergência do discurso feminino e no aumento do ingresso das mulheres na militância sindical. Igualmente importante foi a emergência, no mesmo período, de um movimento popular de mulheres e de correntes feministas que trouxeram para o domínio público o debate em torno das questões de gênero.⁸

De acordo com Araújo e Ferreira, muitos foram e são os obstáculos que permeiam a militância das mulheres nos sindicatos brasileiros, sendo decorrentes da organização e do modo de funcionamento dos sindicatos, ou mesmo “tendo origem nos padrões culturais e na própria posição das mulheres nas relações de trabalho”⁹. Segundo as autoras,

De um lado, sempre existiu uma grande dificuldade de organizar o conjunto das trabalhadoras nos locais de trabalho, pois sua concentração em funções de baixa qualificação, nas quais a rotatividade é mais elevada, torna-as mais sujeitas à demissão e ao controle das chefias. De outro, o machismo e o não reconhecimento da especificidade da condição feminina por parte das lideranças sindicais masculinas os conduziram à percepção da luta das mulheres como complementar à luta dos homens, ao enquadramento das reivindicações femininas em representações masculinas sobre a mulher, que a definiam primordialmente como mãe, ou simplesmente à negação da importância das demandas específicas sob a alegação de que a discussão dessas questões “quebraria a unidade da classe”. Além disso, a própria organização do sindicato, estruturada em função do cotidiano dos homens, é

⁷ SOUZA- LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos.

⁸ ARAÚJO, Angela; FERREIRA, Verônica. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). Revista de Sociologia e Política, n. 10, 1998, p. 57.

⁹ Ibid., p. 56.

excludente em relação às trabalhadoras por não levarem em conta suas responsabilidades domésticas. Finalmente, um importante impedimento tem sido as convenções sociais que ditam os espaços que as mulheres devem ou não frequentar. A ideia de que “sindicato não é lugar de mulher” contribuiu para fomentar a desconfiança das operárias em relação ao sindicato e, conseqüentemente, o seu confinamento no espaço doméstico¹⁰.

De maneira geral, é importante ressaltar a ação da ONU, que delimitou a “Década da Mulher”, de 1975 a 1985, gerando em âmbito internacional uma série de discussões em torno da condição e da vivência feminina¹¹. No Brasil, a imprensa alternativa feminista também desempenhou um importante papel na época, de modo que destacamos as revistas “Nós Mulheres” e “Brasil Mulher”. Se, por um lado, ocorria a ampliação da discussão acerca do universo feminino e de suas especificidades, gerando um aumento significativo nas frentes de luta, por outro lado, concomitantemente, a imprensa feminista encerrava suas atividades.

O movimento feminista articulou-se, nos anos setenta, no interior dos grupos de esquerda, integrando uma frente ampla de resistência ao regime militar que lutava pelo restabelecimento das liberdades democráticas e por justiça social. Embora criticasse o machismo e os papéis tradicionais atribuídos à mulher, a ênfase do discurso feminista recaía, então, sobre a necessidade de uma transformação global da sociedade, em direção à democracia e à reversão das desigualdades econômicas. Neste sentido, seguindo a tendência que predominava no conjunto das organizações de esquerda, os grupos feministas de classe média buscaram propagar suas idéias para as mulheres da classe trabalhadora.¹²

Com o início da década de 1980, o engajamento e a participação das mulheres na vivência sindical aumentaram de maneira significativa. Além disso, os encontros nacionais organizados por categorias marcaram essa fase da experiência sindical, de modo que possibilitaram uma série de reflexões e influenciaram diretamente nos sindicatos e nas ações desempenhadas por parte dessas mulheres nas instituições.

REFERÊNCIA:

CUNHA, Victória. **Uma história de mulheres operárias**: práticas e representações femininas nos periódicos do Sindieleto-MG (1956-1990). Ituiutaba: Repositório UFU, 2019.

¹⁰ Ibid., p. 56 e 57.

¹¹ ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1690-1980. In: História das Mulheres no Ocidente: O século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

¹² ARAÚJO; FERREIRA. Op. Cit., p. 59.